

A LENDA DE LAMBARI E O PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO

Roberto Junho de Carvalho¹

RESUMO: O percurso gerativo de sentido é uma das mais importantes ferramentas de compreensão textual desenvolvidas pela teoria semiótica. No presente trabalho, apresentamos alguns aspectos do percurso gerativo de sentido através de uma breve descrição dos níveis que o integram. Nosso objetivo consiste em verificar a produção de sentido nos discursos fundadores de Lambari através do percurso gerativo. Como amostra significativa de discurso fundador dessa cidade escolhemos a lenda de Lambari, por entendermos que esse texto é o que melhor representa essa categoria de discurso e possui relevância para efetivação de nosso trabalho. Com a delimitação do nosso objeto de estudo, procuramos verificar como se processa a produção de sentido no texto da lenda nos diversos níveis do percurso gerativo de sentido.

PALAVRAS-CHAVE: Semiótica, percurso gerativo.

ABSTRACT: The generative direction route is one of the most important tools of reading comprehension developed by semiotic theory. We present some aspects of generative course of meaning through a brief description of levels within it. Our goal is to verify the production of meaning in the founding discourses of Lambeth through the generative route. How significant sample of speech founder of this city chose Lambari legend because we believe that this text is what best represents this category of speech and is relevant for the execution of our work. With the definition of our object of study tried to verify how it handles the production of meaning in the text of the legend at various levels of the generative route direction.

KEYWORDS: semiotics, generative route.

Introdução

O presente trabalho, à luz do referencial teórico-metodológico da semiótica narrativa, tem por finalidade estudar os discursos ligados à fundação do município sul-mineiro de Lambari, no que diz respeito à construção do sentido nesses discursos através do percurso gerativo de sentido.

A lenda de Lambari, por estar integrada ao momento de fundação, justifica nosso recorte entre a materialidade dos discursos fundadores ligados a esse município para servir de objeto de análise na efetivação de nosso estudo.

Tivemos acesso a duas versões escritas dessa lenda encontradas nas obras de Martins (1971) e Carrozo (1985). Essas obras fazem parte do acervo da Biblioteca Pública Municipal Basílio de Magalhães, do município de Lambari. Nelas o leitor encontra informações sobre

¹ Mestre em Letras pela Universidade Vale do Rio Verde. E-mail: rotober1@hotmail.com. Este artigo é um recorte da dissertação *A lenda de Lambari por uma perspectiva semiótica: construção de sentido, origens e ideologia*, desenvolvida na Universidade Vale do Rio Verde, sob orientação do Prof. Dr. Conrado Moreira Mendes.

passeios turísticos, indicações terapêuticas das águas minerais, elementos históricos e geográficos e biografias de algumas personalidades que viveram ou nasceram em Lambari. São obras de relevância para esse município sob o ponto de vista cultural e histórico e fornecem um panorama da evolução da cidade a partir de sua fundação até os anos 1980. A lenda usada na análise é a versão de Carrozo (1985).

A teoria semiótica foi adotada para fundamentar as análises em função do ferramental teórico disponibilizado para compreensão textual. A semiótica concebe o plano do conteúdo dos textos como um percurso gerativo de sentido e o texto é considerado um sistema de significação em camadas, contemplando desde níveis mais abstratos, o nível elementar, até o nível mais concreto, o nível discursivo.

1 Percurso gerativo de sentido

A semiótica produziu importantes ferramentas de análise textual que permitem compreender o texto além das impressões subjetivas individuais e ampliam o processo de significação ao considerar que nesse processo se incluem influências sociais e históricas. Para atingir essa competência, ela utilizou e adequou conceitos linguísticos estruturalistas à realidade discursiva que envolve o histórico e o social. Em sua constituição como ciência, a semiótica agregou as contribuições de linguistas que consideravam, em suas teorias, apenas a língua e as diferenças do sistema de signos que eram formas de pensar a significação que desconsideravam também as questões ideológicas. Portanto, como evolução dos esforços de compreender a construção do sentido,

A semiótica, como a vê Greimas, tenta determinar as condições em que um objeto se torna objeto significante para o homem. Herdeira de Saussure e de Hjelmslev, não toma a linguagem como sistema de signos e sim como sistema de significações, ou melhor, de relações, pois a significação decorre da relação. Falar da significação é falar do sentido negativo decorrente do postulado saussuriano da “diferença”. Uma grandeza semiótica qualquer é, por conseguinte, uma rede de relações e nunca um termo isolado. [...] Pretende-se, assim, cobrar da semiótica a explicação dos mecanismos de produção do sentido, produção que não se fecha no texto, mas vai do texto à cultura, ao mesmo tempo que dela depende (BARROS, 2001, p. 13).

Se a semiótica concebe o texto, entendido aqui como a junção do plano do conteúdo, construído sob a forma de um percurso gerativo, com o plano da expressão (BARROS, 2011, p. 90), é nele que a análise deve buscar estabelecer os níveis de significação e capturar o sentido próprio de cada um deles.

Para Fiorin (2013, p. 20), “o percurso gerativo de sentido é uma sucessão de patamares, cada um dos quais suscetível de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e se interpreta o sentido, num processo que vai do mais simples ao mais complexo”. Ou seja,

Entende-se o percurso gerativo, portanto, como um percurso do conteúdo, independente de sua manifestação e anterior a ela. A manifestação tem implicações diversas, como a linearidade e a organização no espaço, a escolha lexical, as marcas estilísticas, de que a semiótica não se ocupa. No caso da manifestação verbal, o nível textual desdobra-se, por sua vez, em instância das estruturas de superfície e instância das estruturas profundas, estudadas pela linguística (BARROS, 2001, p. 19).

Embora as oposições semânticas estejam na profundidade do texto, elas são apreensíveis na manifestação textual, pois o acesso ao texto se dá pela enunciação. Da sucessão que vai das profundezas do texto à superfície, a apreensão do sentido vai sendo organizada de modo a se compreender o texto em sucessivas etapas. Como cada um dos patamares do percurso gerativo de sentido pode ser compreendido com o auxílio de dispositivos semióticos específicos, em uma análise devemos considerar que

O nível semiótico comporta três etapas julgadas necessárias para a clareza da explicação do percurso: a das estruturas fundamentais, instância mais profunda, em que são determinadas as estruturas elementares do discurso, a das estruturas narrativas, nível sintático-semântico intermediário, e a das estruturas discursivas, mais próximas da manifestação textual. São lugares diferentes de articulação do sentido, que pedem a construção, no interior da gramática semiótica, de três gramáticas – fundamental, narrativa e discursiva –, cada qual com dois componentes, ou seja, uma sintaxe e uma semântica. (BARROS, 2001, p. 15).

A sintaxe semiótica se ocupa da organização dos conteúdos semânticos no texto. Para cada nível do percurso gerativo, a sintaxe, como se ocupa da ordem relacional, estabelece regras para o encadeamento dos conteúdos que se manifestam na sucessão do discurso. Sintaxe e semântica diferem-se em função da autonomia que é maior na sintaxe. Uma relação sintática poderá ter um investimento semântico muito amplo (FIORIN, 2013, p. 20).

2 Nível fundamental

Fiorin (2013, p. 24) afirma que “a semântica e a sintaxe do nível fundamental representam a instância inicial do percurso gerativo e procuram explicar os níveis mais abstratos da produção, do funcionamento e da interpretação do discurso”. Assim, no nível

fundamental, por ser mais abstrato, o sentido de um texto é determinado por uma oposição semântica mínima, pois “a estrutura elementar define-se, em primeiro lugar, como a relação que se estabelece entre dois termos objetos – um só termo não significa –, devendo a relação manifestar sua dupla natureza de conjunção e de disjunção” (BARROS, 2001, p. 20). Sendo a significação mais elementar representada pelo sistema de conjunção e disjunção com objetos, o motivo desencadeador de uma narrativa pode ser a falta de um objeto e/ou o desejo de possuí-lo. A lenda de Lambari é uma narrativa construída sobre o motivo do desejo de deixar de estar em conjunção com um objeto de valor negativo (uma doença) e entrar em conjunção com um objeto de valor positivo (saúde).

As oposições semânticas nos parecem familiares, pois nossa fonte principal de significação incide sobre o fato de que a maioria das coisas do mundo se apresentam como pares de opostos. Assim distinguimos noite e dia, bem e mal, etc. A partir dessa consideração, podemos entender que

Uma categoria semântica fundamenta-se numa diferença, numa oposição. No entanto, para que dois termos possam ser apreendidos conjuntamente, é preciso que tenham algo em comum e é sobre esse traço comum que se estabelece uma diferença. Não opomos, por exemplo, /sensibilidade/ a /horizontalidade/, pois esses elementos não têm nada em comum. Contrapomos, no entanto, /masculinidade/ a /feminilidade/, pois ambos se situam no domínio da /sexualidade/. [...] Os termos opostos de uma categoria semântica mantêm entre si uma relação de contrariedade. São contrários os termos que estão em relação de pressuposição recíproca. O termo /masculinidade/ pressupõe o termo /feminilidade/ para ganhar sentido e vice-versa (FIORIN, 2013, p. 21-22).

Além dos termos contrários existem os termos contraditórios. Eles resultam de um ato cognitivo de negação de um termo e asserção de outro, sendo que o primeiro se torna ausente e afirma-se o segundo, ou seja, a presença de um termo pressupõe a ausência de outro. Os termos da asserção constituem termos não definidos ou não definíveis. Na oposição /vida/ *versus* /não vida/, percebe-se que o segundo termo não tem definição (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 73). Com base nessas evidências,

Pode-se, num primeiro momento, pensar que não há necessidade de distinguir as relações de contrariedade das de contraditoriedade. É preciso, no entanto, verificar que os termos que estão em relação de contraditoriedade definem-se pela presença e ausência de um dado traço: /masculinidade/ *versus* /não masculinidade/. Os termos em relação de contrariedade possuem um conteúdo positivo cada um. Assim, a feminilidade não é a ausência de masculinidade, mas é uma marca semântica específica (FIORIN, 2013, p. 22).

A sintaxe no nível fundamental considera as transformações de estados ocorridas em um texto como operações de negação e afirmação de conteúdos semânticos. Os termos contraditórios surgem na situação intermediária da operação.

Os elementos semânticos que estão na base de um texto podem ser qualificados pela categoria binária /euforia/ versus /disforia/. Os valores eufóricos são considerados positivos e os valores disfóricos, negativos. Os valores eufóricos e disfóricos não dependem do universo axiológico do leitor, são inscritos no texto. Por não depender do universo de valores do leitor, um texto pode valorizar determinado componente de uma mesma oposição semântica como positivo (eufórico) e outro texto, construído sobre a mesma oposição semântica, pode fazer o contrário. Desse modo, a sintaxe do nível fundamental realiza duas operações: negação e asserção. O texto nega um conteúdo e afirma outro. Num texto construído sobre a oposição semântica /vida/ versus /morte/ há duas possibilidades: afirmação da vida e negação da morte ou afirmação da morte e negação da vida (FIORIN, 2013, p. 23).

3 Nível narrativo

Os valores devem estar em relação com os sujeitos para se constituírem como tais e circular entre eles. Os valores não são imanentes aos objetos. Eles são atribuídos aos objetos, sobretudo em função do sistema de valores das classes dominantes, e “o objeto visado não passa, então, de um pretexto, de um local de investimento de valores, um alhures que mediatiza a relação do sujeito consigo mesmo” (GREIMAS, 2014, p. 33).

Portanto, os objetos só podem se tornar cognoscíveis em função dos investimentos semânticos projetados sobre eles e não por si mesmos. As determinações semânticas que incidem sobre os objetos são apreendidas como diferenças projetadas sobre o objeto e esse caráter diferencial confere ao objeto estatuto de valor linguístico. Mesmo permanecendo incognoscível, o objeto funciona como um suporte pressuposto para a existência de valores. Se os valores projetados nos objetos não são determinações do objeto por si próprio, mas são reconhecidos nos objetos pelos sujeitos, “a apreensão do sentido só encontra em seu caminho valores que determinam o objeto e não o próprio objeto; o lexema então se projeta como um engana vista no local reservado para o objeto e é legível apenas para alguns de seus valores” (GREIMAS, 2014, p. 34-35).

O sujeito, ao assumir uma relação transitiva com o objeto, faz com que esse ganhe existência. A relação do sujeito com o objeto pode ser de junção ou transformação, que são dois tipos distintos de funções transitivas que resultam no enunciado elementar.

O enunciado elementar se apresenta de duas maneiras: como enunciado de estado, no qual a função (F) é a junção entre sujeito e objeto (S, O), e como enunciado de fazer, no qual a função (F) é a transformação da relação do sujeito (S) com o objeto (O).

O enunciado de estado pode ser conjuntivo, quando o sujeito está em conjunção com um objeto, e disjuntivo, quando está em disjunção com o objeto. Isso pode ser visto esquematicamente:

Enunciado de estado conjuntivo: $(S \cap O)$ sujeito em conjunção com o objeto.

Enunciado de estado disjuntivo: $(S \cup O)$ sujeito em disjunção com o objeto. (BARROS, 2011, p. 17, 19).

Da relação do sujeito com o objeto surge a caracterização semântica do sujeito. É por sua relação com os objetos, que na verdade é uma relação com valores inscritos nos objetos, que o sujeito ganha existência semiótica. Disso resulta o enunciado elementar que

Pode ser definido como uma relação orientada que engendra seus dois termos finais – sujeito e objeto –, o valor que se investe no objeto semantiza de alguma forma o enunciado inteiro e assim, de súbito, se torna o valor do sujeito que o alcança ao visar o objeto, de modo que o sujeito se acha determinado em sua existência semântica por sua relação com o valor. Basta, portanto, que, em uma etapa posterior, o sujeito seja dotado de um querer-ser para que o valor do sujeito, no sentido semiótico, se transforme em valor para o sujeito, no sentido axiológico desse termo (GREIMAS, 2014, p. 36).

O enunciado elementar descreve estados e transformações de estado e isso caracteriza a narratividade. A narratividade sempre acontece quando há uma transformação mínima. Parece inconcebível uma história começar descrevendo estados de sujeitos e parar por aí. Sem transformações, a narrativa não pode se desenvolver.

Considerando que as transformações ocorridas em uma narrativa são operadas por sujeitos e que essas transformações afetam as relações de junção dos sujeitos com valores, no nível narrativo essas transformações determinam dois tipos de enunciados: um resultante do estado de junção do sujeito com o objeto e outro resultante da transformação do estado da junção com o objeto pela ação do sujeito. Temos, então, enunciados de estado e enunciados de fazer. Consequentemente, assim como temos enunciados de estado e enunciados de fazer, os sujeitos podem ser classificados como sujeitos de estado e sujeitos do fazer. A atuação do sujeito do fazer resulta na conversão da sintaxe fundamental em sintaxe narrativa. Ou seja,

As operações da sintaxe fundamental convertem-se, na sintaxe narrativa e graças ao sujeito do fazer, em enunciados do fazer que regem enunciados de estado. Pode-se dizer que a conversão das operações lógicas em transformações narrativas é uma antropomorfização, em que a sintaxe narrativa, de caráter antropomórfico, substitui as operações lógicas da sintaxe fundamental por sujeitos do fazer e define sujeitos de estado pela junção com objetos-valor, formulando, portanto, sintaticamente, a relação básica do homem com o mundo (BARROS, 2001, p. 26).

As narrativas, como são simulacros do fazer do homem sobre o mundo, consideram como o “fazer do homem” não apenas as ações de seres humanos “de carne e osso”, mas todas as ações que simulam o fazer do homem e que podem ser realizadas por seres inanimados. É o caso de certas fábulas, em que animais ou “coisas” assumem características humanas.

Quanto aos objetos, eles constituem valores com os quais os sujeitos buscam entrar em conjunção. A riqueza, por exemplo, pode representar um objeto-valor desejável por seres humanos. A busca pela conjunção com a riqueza pode ser concretizada em diversas situações narrativas.

Se a narratividade é a mudança de um estado para outro, os sujeitos se significam pela relação com os objetos e

Os enunciados de fazer operam a passagem de um estado a outro, ou seja, de um estado conjuntivo a um estado disjuntivo e vice-versa. [...] Retomando a definição de actantes, pode-se dizer que o sujeito não existe nem semântica nem semioticamente se não for determinado pela relação transitiva com um objeto. Se a relação que os liga for de disjunção, serão chamados de sujeitos (e objetos) atualizados, se de conjunção, serão ditos realizados. Anteriormente à junção, os sujeitos serão virtuais (BARROS, 2001, p. 29).

A um sujeito (actante) virtual corresponde um objeto atualizado. Na fase da atualização, o sujeito reconhece o objeto como um valor. Isso pressupõe que a narrativa poderá terminar com o sujeito realizado (relação de conjunção com o objeto valor) ou virtualizado, caso o sujeito não entre em conjunção com o objeto-valor.

Portanto, as narrativas mínimas, que representam a transformação de um estado, devem conter enunciado de estado e enunciado de fazer. Um sujeito atualizado pressupõe um enunciado de estado, ou seja, enunciados que determinam a situação inicial de disjunção em que o sujeito se encontra em relação ao objeto-valor. O enunciado do fazer diz respeito ao percurso formado pelos acontecimentos resultantes da busca do sujeito pela conjunção com o objeto valor.

Ocorre uma comunicação hierárquica entre um enunciado de fazer e um enunciado de estado. Um enunciado de estado regido por um enunciado de fazer resulta em um programa narrativo. O programa narrativo é a unidade operatória elementar da organização narrativa de um texto, constituindo um sintagma elementar da sintaxe narrativa integrando estados e transformações (BARROS, 2011, p. 20).

As narrativas mínimas são resultantes de dois tipos de enunciados elementares: enunciado de estado e enunciado de fazer. Elas também podem ser de dois tipos. Uma delas, a narrativa de privação, ocorre com um estado inicial conjunto com o objeto valor e um estado final disjunto. O segundo tipo é a narrativa de liquidação de uma privação, com estado inicial disjunto evoluindo para um estado inicial conjunto com o objeto-valor.

Geralmente, um texto é formado por vários programas narrativos. Uma narrativa complexa estrutura-se numa sequência canônica que compreende quatro estágios: a manipulação, a competência, a performance e a sanção.

A manipulação consiste na ação de um sujeito sobre outro levando-o a /querer-fazer/ ou /dever-fazer/ alguma coisa.

A manipulação pode ser subdividida em quatro subtipos:

- a) Tentação: ocorre quando o manipulador propõe ao manipulado um objeto que para este representa um valor. A conjunção com o objeto depende da aceitação do manipulado em cumprir as expectativas do manipulador.
- b) Intimidação: o manipulador usa de poder para ameaçar o manipulado, forçando-o a cumprir seu desejo.
- c) Sedução: o manipulador constrói uma imagem positiva sobre a competência do manipulado, geralmente através de lisonjas, na tentativa de levá-lo a agir favoravelmente.
- d) Provocação: o manipulador, através de um juízo negativo a respeito da competência do manipulado, o leva a agir. O manipulador poderá duvidar da competência do manipulado e este, para provar sua competência, poderá agir favoravelmente (FIORIN, 2013, p. 28-30).

O sucesso da manipulação depende da competência do manipulador enquanto sujeito do saber e sujeito do poder que possa provocar uma alteração modal na competência do manipulado e do sistema de valores do manipulado e manipulador estarem em sintonia. Se o manipulado não reconhecer, por exemplo, o dinheiro como um valor maior que a ética, uma tentativa de suborno será frustrada. Assim, não aceitar ser manipulado pressupõe um sistema

de valores diferente do sistema de valores do manipulador e permite escapar da manipulação (BARROS, 2011, p. 32-33).

A performance, que consiste em entrar em conjunção ou disjunção com um objeto, pode ser concretizada pelo mesmo sujeito ou sujeitos distintos. A fase seguinte à competência e à performance é a sanção. Trata-se da confirmação que a performance foi realizada e nessa fase ocorre o reconhecimento do sujeito que realizou a transformação. Pode ser um reconhecimento positivo, quando o sujeito é sancionado com prêmios, ou negativo, se o sujeito é sancionado com castigos. Nem sempre ocorre atribuição aos sujeitos de prêmios e castigos na fase da sanção, mas, nessa fase, deve estar presente a constatação da realização da performance. Trata-se de uma fase de revelações e descobertas veladas ao longo do percurso narrativo; é quando se dá o reconhecimento do herói e os falsos heróis são desmascarados. Essas fases são constituintes da narrativa canônica e nem sempre aparecem bem arranjadas no texto, podendo uma das fases ser relatada preferencialmente. (FIORIN, 2013, p. 30-32).

As fases da narrativa canônica fazem parte do programa narrativo. O programa narrativo pode ser representado de forma esquemática e isso facilita o entendimento e a visualização de um percurso narrativo. Vejamos um esquema de programa narrativo genérico que pode representar de maneira muito eficaz uma grande variedade de percursos narrativos:

$$PN = F[S1 \rightarrow (S2 \cap OV)]$$

$$F[S1 \rightarrow (S2 \cup OV)]$$

Nessa representação o enunciado de estado resulta da transformação e, fazendo-se o caminho inverso, pode-se reconstituir o estado inicial. Cada termo significa:

F = função

\rightarrow = transformação

S1 = sujeito do fazer

S2 = sujeito de estado

\cap = conjunção

\cup = disjunção

Ov = objeto-valor

Esse esquema representa duas possibilidades para uma função. O sujeito do fazer através da transformação altera a competência do sujeito de estado, que poderá entrar em conjunção com o objeto valor ou disjunção (BARROS, 2001, p. 31).

4 Nível discursivo

Os esquemas narrativos, ao serem assumidos pelo sujeito da enunciação, convertem-se em discurso e a instância pressuposta pelo enunciado compreende um conjunto de categorias de tempo, espaço e pessoa das quais o enunciador se utiliza para construir o discurso. O sujeito enunciador, então, transforma as estruturas narrativas em enunciados e determina a maneira como se constrói o discurso através das escolhas de tempo, espaço e pessoa. Essas escolhas deixam marcas presentes na enunciação e, por meio dessas marcas, é possível recriar o momento enunciativo. Assim, a enunciação caracteriza-se, em primeira definição, como a instância de mediação entre estruturas narrativas e discursivas, podendo, nas diversas concepções linguísticas e semióticas, ser reconstruída a partir, sobretudo, das “marcas” que espalha no discurso. (BARROS, 2011, p. 53-54).

Sendo a enunciação “uma instância linguística logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 145), um discurso também pressupõe um sujeito enunciador. Isso quer dizer que o “enunciador é o destinador implícito da enunciação; enunciatário é o destinatário implícito da enunciação.” (FIORIN, 2010, p. 60). O discurso acontece a partir do momento que um sujeito se institui como um “eu” que sempre pressupõe um “tu”. O sujeito discursivo, ao projetar-se na enunciação, inevitavelmente deixará marcas no enunciado. Essas marcas são pistas relevantes para esclarecer a intencionalidade do enunciador ao construir seu discurso.

Aquele que escreve um texto constitui um “tu” pressuposto, o leitor. Ao produzir um texto, a seleção das categorias de pessoa, tempo e espaço, utilizadas pelo enunciador, não passam de estratégias de persuasão para garantir que o enunciatário interprete o texto da maneira que ele deseja. Partindo do princípio de que todo discurso procura persuadir seu destinatário de que é verdadeiro (ou falso), os mecanismos discursivos têm por finalidade criar a ilusão de verdade do discurso ou o efeito contrário. Há dois efeitos básicos produzidos pelos discursos com a finalidade de convencerem de sua verdade, são os efeitos de proximidade ou distanciamento da enunciação e os efeitos de realidade ou referente (BARROS, 2011, p. 55).

Greimas (2014) sugere a comunicação como a integração das instâncias narrativa e discursiva. A comunicação, que consiste num /fazer-saber/ sobre alguma coisa, pressupõe o revestimento dos objetos narrativos com conteúdo semânticos reconhecíveis pelo destinatário. O contrário também é verdadeiro. Se a comunicação se fundamenta em um /não-fazer-saber/,

buscando ocultar algum significado, ela será construída a partir de conteúdos não reconhecíveis pelo destinatário ou que o conduzam a interpretações que resultem em um /não-saber/.

A enunciação se materializa através da união de um plano de conteúdo com um plano de expressão e, se a existência da enunciação pressupõe um enunciador, a enunciação projeta duas instâncias: uma instância do eu pressuposto, logicamente deduzida pela existência do enunciado, e a instância de um “eu” explícito, instaurado no enunciado como narrador. Nota-se que,

Teoricamente, essas duas instâncias não se confundem: a do eu pressuposto é a do enunciador e a do eu projetado no interior do enunciado é a do narrador. Como a cada eu corresponde um tu, há um tu pressuposto, o enunciatário, e um tu projetado no interior do enunciado, o narratário. Além disso, o narrador pode dar a palavra a personagens, que falam em discurso direto, instaurando-se então como eu e estabelecendo aqueles com quem falam como tu. Nesse nível temos o interlocutor e o interlocutário (FIORIN, 2013, p. 56).

A semiótica denomina *debreagem* os mecanismos de projeção da enunciação no enunciado. Por meio deles, projetam-se as categorias de pessoa, tempo e espaço na enunciação. Esses mecanismos permitem projetar um tempo diferente do agora na enunciação, um não-eu e um não-aqui, e são essas projeções que criam efeitos de sentido possibilitando narrar como não-eu, no tempo do não-agora e no espaço do não-aqui.

Fiorin (2013, p. 58-59) apresenta dois tipos de *debreagens*: as enunciativas e as enuncivas. As *debreagens* enunciativas e enuncivas podem ser de três tipos: de pessoa (actancial), de espaço (espacial) e de tempo (temporal). Através da *debreagem* enunciativa projeta-se no enunciado o eu-aqui-agora da enunciação e instala-se no enunciado os actantes enunciativos que são o eu/tu, os espaços enunciativos representados pelo “aqui, aí”, etc. e os tempos enunciativos: o presente, pretérito perfeito 1 e o futuro do presente. Por sua vez, a *debreagem* enunciva é construída com o ele, o alhures e o então. Com isso, busca-se ocultar os actantes, os espaços e o tempo da enunciação. Nesse caso, o enunciado passa a ser construído com os actantes do enunciado (terceira pessoa), os espaços do enunciado (aqueles que não estão relacionados ao aqui) e os tempos do enunciado (pretérito perfeito 2, pretérito imperfeito, pretérito mais que perfeito, futuro do pretérito ou presente do futuro, futuro anterior e futuro do futuro).

Os procedimentos da semiótica usados para entender o texto no nível elementar e narrativo denotam que nesses níveis o percurso gerativo de sentido ainda não considera em

profundidade os elementos que concretizam os sentidos e revestem com elementos reconhecíveis do mundo os actantes, os objetos e os percursos narrativos, pois é “a semântica discursiva que abarca os conteúdos que são investidos nos moldes sintáticos abstratos”. (FIORIN, 2000, p. 18). E,

Partindo das articulações elementares do imaginário e propondo as primeiras estruturas de organização – tanto paradigmáticas quanto sintagmáticas – chegou, pouco a pouco, por meio da via dedutiva, à representação do discurso narrativo como sendo recoberto por uma rede relativamente densa de papéis actanciais manifestado de maneira ora disjunta ora conjunta por atores que já podem ser considerados elementos pertencentes ao discurso (GREIMAS, 2014, p. 70).

Assim, ocorre uma progressiva concretização dos sentidos à medida que nos afastamos do nível fundamental do percurso gerativo em direção à superfície do texto. No nível discursivo do percurso gerativo de sentido, a semântica discursiva demonstra como os esquemas narrativos são concretizados na superfície do texto através da tematização e figurativização.

Fiorin (2013, p. 90-91) demonstra que os esquemas narrativos abstratos podem ser revestidos com temas e assim se produz um discurso temático. Isso torna possível, após recobrir os elementos narrativos com temas, concretizá-los ainda mais, revestindo-os com figuras. Tanto a tematização quanto a figurativização são dois níveis de concretização do sentido. Todos os textos tematizam o nível narrativo e a seguir esse nível temático poderá ou não ser figurativizado. O tema é um investimento semântico e de natureza puramente conceptual. Os temas não remetem ao mundo natural. Temas são conceitos que organizam, categorizam, ordenam os elementos do mundo natural: elegância, vergonha, raciocinar, calculista, orgulhoso, etc. As figuras são conteúdos de qualquer língua natural ou sistema de representação que encontram um correspondente perceptível no mundo natural, devendo se entender por mundo natural não apenas os elementos criados pela natureza, mas também o mundo construído, e este engloba elementos do mundo concreto e do mundo da ficção.

5 Análise

A narrativa da lenda tem por motivo desencadeador o desejo de um actante narrativo (Cecília) disjungir-se de um objeto de valor negativo (doença) e entrar em conjunção com um objeto de valor positivo (saúde), ou seja, o desejo do sujeito tornar-se saudável. Essa situação projeta uma oposição semântica, /saúde/ *versus* /enfermidade/, que faz parte de uma categoria:

estado de saúde. Essa categoria diz respeito ao estado físico de um sujeito e projeta outra oposição, /vida/ *versus* /morte/, termos pertencentes à categoria existencial que se complementam como termos contrários. Ao ampliarmos a oposição /saudável/ *versus* /enfermo/ para a oposição /vida/ *versus* /morte/, pretendemos demonstrar que uma enfermidade pode levar à morte. A enfermidade descrita na lenda tem essa característica.

Portanto, a oposição semântica mínima encontrada no texto da lenda é /vida/ *versus* /morte/ e pode ser reconhecida no início da lenda: “Era uma vez... Um rico fazendeiro e criador lá das bandas de Passos, que rumara para a Cidade de Campanha, a fim de encontrar um facultativo capaz de debelar os males que afligia uma muito amada filha.” (CARROZO, 1985, p. 15).

Nessa oposição, a vida é um valor eufórico e morte um valor disfórico, e a lenda de Lambari trata do “desejo”, compreendido pela modalidade do /querer-ser/, de uma jovem migrar de uma perspectiva axiológica negativa de morte para a uma perspectiva axiológica positiva de vida. Um percurso que pode ser definido da seguinte maneira:

Morte (disforia) → não morte (não disforia) → vida (euforia). Os conteúdos desse percurso podem ser localizados no texto da lenda:

Morte (disforia): “Cecília, a prendada filha do fazendeiro Antônio Alves Trancoso, continuava torturada por implacável doença. Seus encantos e formosura pareciam fadados à destruição final” (CARROZO, 1985, p. 15). No estado inicial de Cecília ocorre uma progressiva afirmação da morte e isso produz a relação de não conformidade do sujeito com essa situação, resultando em disforia.

Não morte (não disforia): A afirmação da morte é interrompida quando “Cecília passa a beber da água milagrosa” (CARROZO, 1985, p. 17). Nesse ponto do percurso, surge um termo contraditório com a negação da morte. A negação de um termo sugere a posterior afirmação do termo oposto e, segundo o *Dicionário de semiótica*,

A contradição é a relação que se estabelece após o ato cognitivo da negação entre dois termos, de que o primeiro posto antecipadamente é tornado ausente por essa operação, ao passo que o segundo se torna presente. Trata-se, portanto, a nível dos conteúdos postos, de uma relação de pressuposição, já que a presença de um termo pressupõe a ausência do outro e vice-versa (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 83).

Com a negação da morte projeta-se o termo eufórico “Vida”, o que ocorre após o uso das águas quando “Cecília restabelecida mostra-se forte, alegre, sadia” (CARROZO, 1985, p. 17). O final do percurso termina em estado eufórico com a afirmação da vida.

Os enunciados de estado podem ser conjuntivos ou disjuntivos. Trancoso era um sujeito em conjunção com a riqueza, pois era um “Um rico fazendeiro e criador lá das bandas de Passos”. (CARROZO, 1985, p. 15). O estado de Trancoso pode ser representado esquematicamente: F junção ($S \cap O$ riqueza).

Para Fiorin (2013, p. 28), “os enunciados de fazer mostram as transformações, a passagem de um enunciado de estado a outro”. Esse tipo de enunciado pode ser exemplificado com o uso das águas. Tratar-se com as águas é um enunciado de fazer que altera o estado de Cecília de enferma para saudável. Ela “bebera religiosamente da ‘água santa’ – como lhe indicara o cativo Antônio de Araújo Dantas. Termina a cura. Cecília restabelecida mostra-se forte, alegre, sadia.” (CARROZO, 1985, p. 18). Fica evidente a mudança de estado: um estado inicial caracterizado por uma enfermidade e um estado saudável após o uso das águas.

Ocorre uma relação entre enunciados de estado e enunciados de fazer e “a comunicação hierárquica de um enunciado de fazer e um enunciado de estado define o programa narrativo, a unidade operatória da narrativa de um texto” (BARROS, 2011, p. 20).

O primeiro programa narrativo identificado no texto da lenda tem como enunciado de fazer a viagem do sujeito (S1), Antônio Trancoso (pai de Cecília), para Campanha, em função de um enunciado de estado, a falta de saúde de sua filha Cecília (S2). A viagem tem por objetivo encontrar tratamento médico para reverter o estado de disjunção com a saúde (vida) da filha do fazendeiro. Vejamos esse programa narrativo em forma de esquema:

PN = F (encontrar tratamento pra filha) [S1 (fazendeiro) \rightarrow (S2 (filha) U Ov (saúde)]

A viagem resulta no contato de Tancredo, o noivo de Cecília, com Dantas, o sujeito em conjunção com o saber sobre as “águas santas”. Isso resulta em outro programa narrativo, a viagem para a região do Lambari, local onde nascem as águas.

Antônio Araújo sabe onde encontrar o objeto-modal² que pode fazer a moça entrar em conjunção com objeto-valor “saúde”. Esse objeto-modal está representado pelas águas. De acordo com Dantas, não se trata de uma água comum, é “uma fonte de águas milagrosas”, “E mais e mais Antônio Dantas se refere sobre as tais águas ‘santas’, que acabou por convencer a Tancredo de levar tal notícia aos pais de Cecília” (CARROZO, 1985, p. 16).

Dantas, ao argumentar, manipulou Tancredo por tentação³, convencendo-o de que as águas restabeleceriam a saúde de sua noiva. Como nenhum tratamento médico fora eficaz

² Barros (2011, p. 22) mostra que os valores modais como o dever, o querer, o poder e o saber são os que modalizam ou modificam a relação dos sujeitos com os valores e os fazeres.

³ Fiorin (2013, p. 30) esclarece que a tentação se caracteriza quando o manipulador propõe ao manipulado uma recompensa (um objeto-valor positivo), com a finalidade de levar o manipulado a fazer alguma coisa.

para curar Cecília e nenhuma outra alternativa de cura se vislumbrava, Tancredo estava numa situação de não poder não aceitar os argumentos de Dantas e, acreditando que Cecília ficaria curada, depositou sua confiança nas águas descritas pelo negro cativo. Afinal, “quanto lhe interessava isso... Sim! Interessava-lhe muito... E foi com o coração aos pulos que afastara daquela venda” (CARROZO, 1985, p. 16).

Tancredo, ao depositar confiança nos argumentos de Dantas, estabelece um contrato fiduciário com ele. Greimas e Courtés (1979, p. 184) afirmam que o contrato fiduciário:

põe em jogo uma fazer persuasivo de parte do destinador e, em contrapartida, a adesão do destinatário: dessa maneira, se o objeto do fazer persuasivo é a veridicção (o dizer verdadeiro) do enunciador, o contra objeto, cuja obtenção é esperada, consiste em um crer verdadeiro que o enunciatário atribui ao estatuto do discurso enunciado: nesse caso, o contrato fiduciário é um contrato enunciativo (ou contrato de veridicção) que garante o discurso enunciado; se o contrato fiduciário sanciona um programa narrativo no interior do discurso, falar-se-á então de contrato enuncivo.

A ação argumentativa de Dantas resulta na viagem à região das águas e isso torna Cecília um sujeito competente para ser curado. A competência de Cecília deriva de valores modais recebidos do destinador⁴ e que são da ordem do dever-fazer (Cecília, pela argumentação do noivo influenciado por Dantas, deveria tratar-se com as águas) e do saber-fazer (Dantas ensina como usar as águas).

O “dono” do saber sobre as águas, Dantas, “doa” a Cecília seu saber sobre essas águas e lhe ensina como usá-las. Dantas é tanto o destinador-manipulador quanto o sujeito do fazer, que doa ao sujeito de estado, Cecília, um objeto-valor (saber sobre as águas) e um objeto-modal (“águas santas”) que possui virtudes “milagrosas” para lhe devolver a saúde.

Ao fazer uso das águas, Cecília inicia um programa de performance. Na lenda, esse programa de performance consiste em seguir as recomendações de Dantas referentes ao uso da água de Lambari e “Cecília passa a beber da água milagrosa. Um copo pela manhã em jejum, outro ao meio dia, e um terceiro à tardinha, antes da última refeição” (CARROZO, 1985, p. 17).

Na performance do tratamento com as águas, o sujeito que opera a transformação de estado e o que entra em conjunção com o objeto-valor estão sincretizados num mesmo actante. Ou seja, Cecília é quem toma a água “religiosamente”, nos horários e condições

⁴ Barros (2001, p. 17) esclarece que o destinador é o responsável pela alteração das qualidades do sujeito da ação. Ele determina a competência e os valores do sujeito que age.

determinadas por Dantas, e Cecília é o sujeito sancionado⁵ positivamente, entrando em conjunção com a saúde.

A sanção positiva de Cecília é constatada após a performance do tratamento. Isso ocorre quando “Termina a cura. Cecília restabelecida mostra-se forte, alegre, sadia. Cumpria-se o esperado milagre”. Isso implica uma sanção positiva também para Dantas. Afinal, Dantas, como destinador-manipulador tem o seu discurso sobre as águas reconhecido como verdadeiro, pois “As águas eram mesmo ‘santas!’”. (CARROZO, 1985, p. 18).

No nível discursivo, os elementos da categoria semântica elementar da lenda, vida *versus* morte, são concretizados na doença que pode matar Cecília (morte) e na cura da moça pelo uso das “águas santas” (vida). A performance da doença, que consiste em tirar a vida de Cecília, é possível, mas não se realiza. A disjunção de Cecília com a vida não é pontual, mas gradativa, e isso permite a reversão desse estado. Ocorre a passagem de um estado de vida (antes da doença) → não-vida (a lenta performance da doença) → vida (Cecília fica curada mediante o tratamento com as águas e a conseqüente interrupção da performance da doença).

Para contar a história, o enunciador da lenda de Lambari constitui um narrador. O narrador é o “eu” do enunciador projetado no discurso, ao qual foi delegada a tarefa de poder narrar o texto. Mas o enunciador continua implícito e, da mesma maneira, o enunciatário. O enunciador implícito é o autor do texto e o enunciatário implícito, o leitor.

Ao iniciar a narrativa da lenda, o narrador faz uso da debreagem temporal para situar o leitor no tempo deixando claro que os fatos narrados aconteceram num marco temporal anterior ao agora. Ele começa dizendo: “Como toda cousa bela põe encantos em sua origem, a cidade de ‘Águas Virtuosas’, atualmente Lambari, também teve sua origem... Uma encantadora origem”. (CARROZO, 1985, p. 15). O narrador fala de algo que aconteceu no passado e que se relaciona com algo que, no presente da enunciação, se encontra constituído, no caso, uma cidade que já existe e ele conhece.

O narrador, instaurado no texto da lenda através de uma debreagem enunciativa, conta a história no tempo e espaço enuncivo criando efeitos de afastamento da enunciação e instalando uma atmosfera de objetividade com a ancoragem temporal que ata os acontecimentos narrados a uma data: o ano de “mil setecentos e oitenta” (CARROZO, 1985, p. 15).

⁵ Fiorin (2013, p. 31) esclarece que na fase da sanção ocorre a constatação de que a performance se realizou e o sujeito que a realizou é reconhecido.

No episódio do encontro de Tancredo com Dantas na venda, o narrador projeta um tempo presente. Vejamos o excerto a seguir:

Os fados, porém, cansados de ver tanta lamúria, tanta lágrima, encaminham Tancredo a uma venda em busca de qualquer utilidade e, enquanto espera ser atendido, comenta com algumas pessoas ali presentes o desespero que lhe roía o coração pela quadra infeliz por que passava sua adorada noiva. Adianta-se um preto cativo, Antônio de Araújo Dantas, e sugere seja levada a moça lá nas plagas do Lambari, onde uma fonte de águas milagrosas, já experimentadas por outros doentes, proporcionara curas admiráveis. E mais e mais Antônio Dantas se refere sobre as tais águas “santas”, que acabou por convencer a Tancredo de levar tal notícia aos pais de Cecília. Oh! Quanto lhe interessava isso... Sim! Interessava-lhe muito... E foi com o coração aos pulos que afastara daquela venda... (CARROZO, 1985, p. 16).

Fiorin (2013, p. 63) ressalta que “o narrador pode criar uma narração em que haja uma concomitância entre o tempo da narração e o dos acontecimentos narrados, para simular que eles acontecem no mesmo momento em que estão sendo contados”. Cria-se, então, um simulacro de concomitância da narração com o que está acontecendo e isso é claramente perceptível pela temporalidade inscrita no fragmento da lenda destacado através da descrição actorial e espacial. As ações de Tancredo e Dantas são representadas no tempo presente. Tancredo “comenta”, Dantas “se adianta”, “sugere”, “refere”. O leitor é convocado a presenciar a cena.

Dantas fala sobre as águas referindo-se a fatos não concomitantes ao momento da conversa. Elas já foram “experimentadas por outros doentes” em algum momento anterior à conversa na venda e no passado foram eficazes agentes curativos. Nesse excerto da lenda, o narrador evoca três tempos: presente, pretérito e futuro. O testemunho do poder de cura das águas no passado, que nada mais é que uma estratégia argumentativa, instaura a esperança no presente e, a partir da esperança, surge a crença no poder das águas e isso torna possível a ação futura da viagem em busca da cura e confirmação da crença.

O encontro com Dantas na venda representa uma transformação, pois é a partir desse contato que acontecerá a modalização dos atores do discurso. Os familiares de Cecília serão modalizados pelo /saber/ de Dantas sobre as “águas santas”, por intermédio de Tancredo, que ficou convencido de “levar” a notícia das águas a eles, após a conversa com Dantas ocorrida na venda. A volta de Tancredo para casa revela conteúdos descritivos sobre a região das águas transferidos a Tancredo na conversa ocorrida na venda:

Tancredo em caminho vai repetindo para si mesmo as palavras do cativo: “águas esquisitamente estranhas... cheias de bolhas (gaz)... Águas a brotar

continuamente de uma rocha ao sopé de um outeiro coberto e contornado de verdejante mata... E a mata, ora aberta, ora cerrada, parece esconder sua preciosa mina... Em volta na baixada, um largo brejal... outra defesa da gruta ciosa de sua água santa”... (CARROZO, 1985, p. 16).

Para revelar o aspecto descritivo do teor da conversa na venda, o narrador delega voz ao próprio Tancredo, pessoa do enunciado, e, através de uma debreagem enunciativa⁶ de segundo grau, estabelece Tancredo como interlocutor e ao mesmo tempo como interlocutário (Tancredo fala consigo mesmo). Assim, o narrador se afasta momentaneamente da enunciação, deixando o próprio Tancredo fazer a descrição do local das águas conforme ouvira de Dantas.

O narrador de Carrozo (1985) busca criar efeitos de realidade para fazer os fatos narrados parecerem realmente fatos acontecidos. Através da instauração das pessoas, da cuidadosa descrição do espaço da região das águas e por fixar um marco temporal preciso (1780⁷), ele cria efeitos de realidade por meio do procedimento de ancoragem. A ancoragem fixa no discurso as pessoas, espaços e datas, procurando fazer com que o destinatário do discurso os reconheça como reais ou existentes. Para criar cópias da realidade concretizam-se semanticamente os atores, espaços e datas com traços sensoriais e espaços que os iconizam e que os fazem parecer cópias da realidade. (BARROS, 2011, p. 60).

Desse modo, apesar de o narrador anunciar tratar-se de um texto de ficção, pois a lenda se abre com o sugestivo “Era uma vez”, que remete o leitor ao mundo da fantasia, ele emprega recursos semânticos que fazem a história parecer verdadeira. Nessa perspectiva, o narrador da lenda constrói a verossimilhança e, segundo Greimas e Courtés (1979, p. 489), “o discurso verossímil não é apenas uma representação ‘correta’ da realidade sociocultural, mas também um simulacro montado para fazer parecer verdadeiro e ele se prende, por isso, à classe dos discursos persuasivos”.

A verossimilhança que o narrador constrói no texto da lenda não é neutra. Ele parece interessado em exaltar aspectos geográficos de Lambari. Como isso ocorre no e pelo discurso, o discurso pode ser entendido como um /fazer saber/ e o narrador instaurado pelo sujeito da enunciação é o responsável por esse /fazer saber/. Por meio dos comentários que o narrador faz após o desfecho da lenda, podemos extrair algumas conclusões sobre o /fazer saber/ que o

⁶ Segundo Fiorin (2013, p. 67), “as debreagens internas são responsáveis pela produção de simulacros de diálogos nos textos, pois estabelecem interlocutores, ao dar voz a atores já inscritos no discurso. A debreagem de segundo grau cria a unidade discursiva denominada discurso direto e cria um efeito de sentido de verdade. Com efeito, o discurso direto proporciona ao enunciatário a ilusão de ouvir o outro, ou seja, suas ‘verdadeiras’ palavras”.

⁷ Segundo Carrozo (1985, p. 24), em 1780 foi revelada a nascente de água batizada por “Água Santa”.

enunciador tenta realizar sobre o enunciatório. O narrador, após o termino da lenda, faz o seguinte comentário:

O tempo, o grande construtor, sob as bênçãos divinas, encarregou-se de realizar o sonho de Cecília... Nada mais justo que o reconhecimento do valor das “águas santas”! E para tanto, em torno da fonte, onde Cecília e Tancredo renasceram para vida, onde os jovens solidificaram e cumpriram o anseio de um grande amor – surge mais tarde um povoado... Um povoado que nasce... Cresce... Multiplica-se... Empurra para além a mata verde... Cobre as elevações de extenso casario... Um povoado que extingue o brejal... Um nobre povoado que canaliza as “águas santas” e continua a ver males dissipados... Um povoado... E chega-se a primoroso balneário! Contempla-se ali a que se chamou cidade das “Águas Virtuosas da Campanha”! Assim a lenda... Sim, uma lenda... Cuja leitura deixa em nossa alma o bálsamo delicioso de uma sugestiva lenda... Uma lenda... Que se conserva para abrir estas páginas... Páginas engalanadas de nosso grande amor à Lambari... (CARROZO, 1885, p. 19).

Nesse excerto da lenda, a temporalização do discurso muda. Os fatos narrados são reconhecidos como terminados, pois “O tempo, o grande construtor, sob as bênçãos divinas, encarregou-se de realizar o sonho de Cecília” (Verbo no pretérito perfeito indica ação terminada antes do momento presente). O enunciador, então, projeta o tempo enunciativo, pois, “a debreagem enunciativa projeta [...] no enunciado o eu-aqui-agora da enunciação, ou seja, instala no interior do enunciado os actantes enunciativos (eu/tu), os espaços enunciativos (aqui, aí, etc.) e os tempos enunciativos (presente, pretérito perfeito 1 e futuro do presente)”. (FIORIN, 2013, p. 58), e cita acontecimentos no presente, recapitulando fases da cidade de Lambari: o povoado que nasce, o fim do brejal, a canalização das águas, a chegada do balneário.

Projeta-se também um espaço enuncivo (lá) e, no espaço do aqui, o enunciador “contempla” o que, num momento não concomitante à enunciação (momento pretérito), chamou cidade das “Águas Virtuosas da Campanha”. Ao finalizar seu comentário, o enunciador, por meio de uma debreagem enunciativa actorial, projeta um “nós”⁸ no discurso, que nada mais é que a junção do “eu” e aquilo que não é “eu”, nesse caso um “nós” inclusivo, que também nos parece um recurso persuasivo, pois o destinador inclui na enunciação um “eu” e um “tu” chamados a participar dos valores em questão.

⁸ Fiorin (2010, p. 124), aponta para a existência de três tipos de nós: um nós inclusivo que é dêitico, em que ao eu se acrescenta um tu (singular ou plural); um nós exclusivo, em que ao eu se junta ele ou eles (nesse caso o texto deve estabelecer que sintagma nominal o ele presente no nós substitui) e um nós misto, em que ao eu se acrescentam tu (singular ou plural) e ele(s).

O enunciador constrói uma imagem positiva das águas afirmando ser justo reconhecê-las. O povo de Lambari é enaltecido, pois é visto pelo enunciador como um povo “nobre”. O balneário não é uma obra comum, trata-se de um “primoroso” balneário. O enunciador, portanto, age como destinador-manipulador determinando os valores que estão inscritos no discurso, valores que o enunciatário deve compartilhar, pois o destinador-manipulador, por meio de seu fazer persuasivo, espera que isso aconteça. A finalidade da persuasão é que o enunciatário reconheça os valores inscritos no discurso como valores verdadeiros e os valores mencionados inserem o enunciador numa ideologia de divulgação e persuasão sobre a importância das águas de Lambari.

Dessa maneira, ao se referir à “alma” dos habitantes e ao “nosso grande amor à Lambari”, o autor identifica uma “alma” e um “amor” comum ligando enunciador e enunciatário ao município de Lambari. É a ação do destinador sobre o destinatário. Configura-se uma maneira de persuasão por meio da qual o destinador antecipa o destinatário como adepto de um conteúdo pressuposto, considerando o destinatário como se ele já compartilhasse dos seus valores e o chama para aderir ao mesmo amor que o destinador tem pelo município.

REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. 3. ed. São Paulo: Humanitas / FLLCH/ USP, 2001.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.

CARROZO, João. *Lambari outrora “cidade de Águas Virtuosas de Campanha”*: uma fonte... Um povoado... Uma estância! 3. ed. Piracicaba: Shekina, 1985. (Coleção “Joias da Campanha”)

FIORIN, José Luiz. *Elementos da Análise do Discurso*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Tradução Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nanquim/Edusp, 2014.

**Artigo recebido em julho de 2016.
Artigo aceito em outubro de 2016.**